



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 04 • 05 a 11/03/2006 • ISSN 1809-6182

Análises

09/03/2006 – Estados Unidos e Índia firmam acordo de cooperação nuclearp.01

A Índia assinou, no dia 02 de março de 2006, em Nova Delhi, um acordo de cooperação nuclear com os Estados Unidos. O acordo inclui a transferência de tecnologia e energia nuclear ao país asiático por parte dos Estados Unidos e, em contrapartida, demanda da Índia a disposição de colocar 14 de suas instalações nucleares civis sob inspeção internacional.

Resenhas

05/03/2006 – Novos casos de gripe aviária são confirmados na Ásia e Europap.04

Apesar dos esforços de prevenção, novos casos do vírus H5N1 vêm sendo constantemente registrados em diversos países europeus e asiáticos, agravando a crise do setor avícola na Europa e aumentando o temor por uma pandemia de gripe aviária.

07/03/2006 – Colômbia e EUA fecham acordo de livre comércio p.06

Após 21 meses de negociações, Colômbia e Estados Unidos fecham acordo de livre comércio. Apesar de os presidentes de ambos os países terem manifestado satisfação com o acordo, o mesmo não se deu entre os vários setores da economia colombiana.

09/03/2006 – Conflito xiita-sunita leva Iraque a crescente instabilidade interna p.08

A explosão de uma mesquita xiita no Iraque causou uma onda de violência entre xiitas e sunitas que já perdura por quase três semanas, criando uma crescente instabilidade interna.

Estados Unidos e Índia firmam acordo de cooperação nuclear

Análise
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
09 de março de 2006

A Índia assinou, no dia 02 de março de 2006, em Nova Delhi, um acordo de cooperação nuclear com os Estados Unidos. O acordo inclui a transferência de tecnologia e energia nuclear ao país asiático por parte dos Estados Unidos e, em contrapartida, demanda da Índia a disposição de colocar 14 de suas instalações nucleares civis sob inspeção internacional.

A visita do Presidente estadunidense George W. Bush à Índia, no dia 02 de março de 2006, resultou na assinatura de um acordo de cooperação nuclear entre os países que, desde julho de 2005, já buscavam estabelecer novas diretrizes para suas relações nessa área. Os países também anunciaram cooperações bilaterais nos setores de comércio, agricultura, saúde e meio ambiente e intenções para futuros acordos na área de defesa com a exportação de aviões de combate, helicópteros e embarcações estadunidenses à Índia.

Pelo acordo nuclear, os Estados Unidos (EUA) comprometem-se a transferir energia e tecnologia à Índia, além de compartilhar também reatores nucleares com o país asiático. A Índia, por sua vez, compromete-se a aceitar inspeções internacionais sobre 14 das 22 instalações nucleares que possui. Essas 14 usinas foram classificadas pelo governo indiano como instalações civis, enquanto as demais, por serem destinadas a programas nucleares militares, não foram abertas à inspeção. De acordo com o documento assinado pelos países, a Índia

também se compromete a submeter seus futuros reatores civis à inspeções internacionais permanentes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Segundo o Primeiro Ministro, indiano Manmohan Singh, a permanência das inspeções internacionais estarão sujeitas à continuidade de fornecimento de energia e tecnologia nuclear à Índia. Ainda para Singh, a não submissão das instalações militares à observação internacional deve-se ao fato de que são nessas usinas que ocorrem as pesquisas em novas áreas da tecnologia nuclear, incluindo programas junto aos reatores *fast breeder*. Esses reatores necessitam de nêutrons de alta velocidade para a produção de fissão nuclear.

Esse acordo, considerado histórico por Bush e Singh, representa um marco nas relações entre os países. A Índia, que desenvolve seu programa nuclear desde 1974 e nunca se submeteu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), já havia sofrido, em 1998, sanções temporárias por parte dos EUA e de outros países devido à realização de testes de armamento em suas instalações. Com a assinatura do acordo, busca-se um novo direcionamento

na relação entre os países, pondo fim a quase 30 anos de insatisfação por parte de ambos no que concerne às questões nucleares.

A concretização do acordo depende agora da aprovação do Congresso estadunidense (passando a fazer parte das leis do país) e do Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG sigla em inglês para *Nuclear Suppliers Group*), um grupo estabelecido em 1975 e formado por 44 países, incluindo China, Rússia, EUA, Japão e Brasil, dentre outros.¹ O acordo deverá contar também com a assinatura de um documento triplo por parte dos EUA, da Índia e da AIEA.

O Presidente Bush admite ser difícil a tarefa de convencer os congressistas em relação aos benefícios do acordo, uma vez que parte deles acredita que o mesmo colocará em risco os esforços visando o fim da proliferação nuclear. Todavia, o presidente estadunidense alega que é preciso compreender a singularidade da Índia no que diz respeito à sua responsabilidade para a produção nuclear e às demais vantagens decorrentes do acordo. Segundo Bush, "aos países do mundo interessa que a Índia desenvolva uma indústria civil de energia nuclear, porque contribuirá para reduzir a demanda por combustíveis fósseis e rebaixar o preço da gasolina que só tem aumentado." A Índia atualmente possui 1 bilhão e 80 milhões de habitantes e um acelerado crescimento econômico que, atrelado ao intenso mercado consumidor, tem aumentado muito a demanda nacional por recursos energéticos.

As demais críticas por parte do Congresso partem da alegação de que o acordo assinado entre os EUA e a Índia, país não membro do TNP, abrirá precedentes e fará com que outros países também não

signatários do TNP busquem desenvolver programas militares nucleares a partir da importação de tecnologia civil. Países como Irã e Coreia do Norte, atualmente diante de negociações internacionais que buscam regular seus programas nucleares reduzindo-os a objetivos civis, poderão sentir-se incentivados a manter seus projetos militares sem o consentimento de submetê-los a inspeções internacionais. Vale lembrar que pelo acordo assinado entre EUA e Índia, as oito usinas nucleares consideradas militares pelas autoridades indianas permanecerão isentas das inspeções da AIEA.

A China, que tradicionalmente reconhece a Índia como rival estratégica devido a seu potencial nuclear e sua proximidade geográfica, também critica o acordo. Para autoridades chinesas, qualquer acordo de cooperação nuclear deveria ser inteiramente submetido ao regime de não-proliferação nuclear e à aceitação dos membros do TNP. Diante do estreitamento de relações entre EUA e Índia, a China poderia ameaçar contrabalancear a capacidade nuclear indiana a partir da transferência de recursos nucleares aos demais vizinhos asiáticos.

Por sua vez, o Diretor Geral da AIEA, Mohamed ElBaradei, considera o acordo de grande importância para satisfazer as necessidades crescentes da Índia no setor energético a partir da transferência de tecnologia e combustível nuclear. Além disso, segundo ElBaradei, as novas medidas de cooperação aproximarão a Índia da esfera de não-proliferação nuclear, configurando-a como nova parceira no cenário internacional. E, diante das críticas em relação ao acordo, o chefe da AIEA garante que o TNP não proíbe a transferência de tecnologia civil nuclear de países signatários a outros não signatários, desde que a mesma seja submetida a salvaguardas da Agência Internacional (no caso da Índia, as inspeções às instalações).

¹ Grupo formado a partir de um acordo voluntário entre países que buscam coordenar e controlar a exportação de material e tecnologia nuclear civil para países não produtores de armamento nuclear.

No presente momento, a administração Bush tem iniciado uma forte campanha visando convencer o Congresso estadunidense quanto aos méritos do acordo. A Secretária de Estado, Condoleezza Rice e um dos chefes do Departamento de Estado estadunidense, Nicholas Burns, têm detalhado informações aos congressistas buscando esclarecer os aspectos do acordo de cooperação.

Apesar do Partido Republicano do Presidente Bush ter o controle sobre o Congresso, a tendência de rejeição à sua liderança tem aumentado juntamente com o declínio de sua popularidade, pese também o fato da proximidade das eleições legislativas que ocorrerão no país em novembro de 2006.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

Reuters

<http://www.today.reuters.com>

Times of India

<http://www.timesofindia.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Novos casos de gripe aviária são confirmados na Ásia e Europa

Resenha
Economia e Comércio/Desenvolvimento/Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
05 de março de 2006

Apesar dos esforços de prevenção, novos casos do vírus H5N1 vêm sendo constantemente registrados em diversos países europeus e asiáticos, agravando a crise do setor avícola na Europa e aumentando o temor por uma pandemia de gripe aviária.

Desde que foi registrado o primeiro caso de gripe aviária na Alemanha, em meados do mês de fevereiro de 2006, vários outros governos europeus já confirmaram casos da doença em seus respectivos países.

Entre os dias 18 e 20 de fevereiro de 2006, novos casos da doença foram detectados na França, Itália, Bósnia Herzegovina, Hungria e Bulgária. Além desses países, Áustria, Eslovênia, Grécia, Romênia, Ucrânia, Turquia, Irã, Iraque, Índia, Indonésia, China, Geórgia e Rússia também registraram casos recentemente, sendo que nos dois últimos, a epidemia se propagou para seis regiões do norte do Cáucaso e pela zona banhada pelo mar Cáspio. Até o momento, os últimos países a confirmarem casos foram Polônia, Eslováquia e Suécia¹.

A situação mais preocupante, contudo, é a da Alemanha. Na ilha de Rügen, no Mar Báltico, foram detectados pelo menos 103 casos de H5N1, o que levou as autoridades a determinarem, como medida preventiva, o abate de aves de várias das 800 fazendas existentes na ilha.

Além desses casos, pelo menos duas outras aves contaminadas também foram encontradas na zona costeira banhada pelo Báltico, assim como um gato contaminado, também em Rügen (aparentemente, o gato foi contaminado ao comer uma ave infectada), o que vem levando as autoridades alemãs a temerem a propagação da doença por todo o país, e a cogitar inclusive a hipótese de cancelamento da Copa do Mundo, que será realizada no país entre os dias 09 de junho a 09 de julho de 2006.

Na França, já foram confirmados 31 casos de gripe aviária o que levou a uma queda de cerca de 20% no consumo interno de carne de frango, assim como a uma queda nas exportações desse produto, tendo em vista que a região de Bresse, onde a primeira ave contaminada foi encontrada, é a principal produtora de frango do país.

Quarto maior produtor mundial e maior produtor da União Européia (UE), a França deve perder mercado no Japão e Suíça, países que já declararam não pretender mais importar frangos de produtores situados próximos às áreas onde o vírus foi detectado. Além desses países, a França também exporta frango principalmente para os Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Bélgica,

¹ Países da África, como Egito, Nigéria e Niger também já haviam registrado casos de gripe aviária.

Luxemburgo e Arábia Saudita, este último, representando importante mercado também para o Brasil.

Apesar de não existirem dados concretos quanto à queda nas exportações, estima-se que a queda nas vendas já esteja em cerca de 50%. Essa situação teria levado o governo francês inclusive a solicitar à Comissão Européia um aumento dos subsídios às exportações como forma de "restabelecer os fluxos normais de exportação para países fora da União Européia".

Tal medida, caso aprovada, poderia representar a possibilidade de a França aplicar preços mais competitivos no mercado internacional, fazendo concorrência direta com os produtos brasileiros.

O Brasil, apesar de ainda não ter registrado nenhum caso de gripe aviária não estaria livre da epidemia. Segundo Liana Brentano, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), seria apenas uma questão de tempo até que a doença alcançasse o continente americano.

A chegada do vírus H5N1 na América poderia ocorrer por meio da migração de aves silvestres – que no hemisfério norte vai de abril a setembro - mas também através do comércio de aves – seja para alimentação ou domesticação.

Nesse sentido, tendo em vista não ser possível conter a chegada da doença ao continente, o que deve ser feito é evitar o contágio das aves domésticas, através do controle da avicultura comercial de forma a impedir o contato com aves silvestres.

O próprio Ministério da Agricultura já anunciou que irá investir cerca de R\$ 100 milhões na prevenção da doença, através de campanhas educativas, reaparelhamento de laboratórios e implantação de barreiras sanitárias nas fronteiras estaduais.

Essas medidas indicam que o governo e o setor privado brasileiro estão se

antecipando de forma a prevenir e controlar a possível chegada do vírus, visando a preservar a posição do país de maior exportador mundial de carne de aves. Em 2005, o Brasil exportou 2,8 milhões de toneladas de carne de frango para mais de 150 países, um comércio que movimentou US\$ 3,5 bilhões.

Até o momento não foram registrados casos de transmissão entre humanos. Os casos de gripe aviária em humanos se deram em função do contato direto com as aves, principalmente durante o abate, não tendo sido registrado nenhum caso de contaminação por consumo de aves ou ovos de granja.

Referência

Sites:

Banco Mundial

<http://www.worldbank.org/>

BBC Brasil

<http://www.bbcbrasil.com.br/>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br/>

Organização Mundial da Saúde

<http://www.who.org/>

Ver também:

27/10/2005 - [Gripe Aviária avança pela Ásia e Europa](#)

Colômbia e EUA fecham acordo de livre comércio

Resenha
Economia e Comércio

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
07 de março de 2006

Após 21 meses de negociações, Colômbia e Estados Unidos fecham acordo de livre comércio. Apesar de os presidentes de ambos os países terem manifestado satisfação com o acordo, o mesmo não se deu entre os vários setores da economia colombiana.

Colômbia e Estados Unidos fecharam, no dia 27 de fevereiro de 2006, um acordo de livre comércio.

Os dois países, que negociavam já há 21 meses, enfrentavam como principais empecilhos às questões agrícolas relacionadas ao arroz e milho, além de medidas fitozoosanitárias e de propriedade intelectual, que afetavam diretamente a vulnerável indústria farmacêutica colombiana.

Posteriormente à assinatura do acordo, os presidentes dos Estados Unidos, George W. Bush, e da Colômbia, Álvaro Uribe, vieram a público manifestar a satisfação com relação ao que foi acertado. Segundo o Ministro de Comércio da Colômbia, Jorge Botero, os esforços da negociação teriam valido a pena, pois o país teria firmado um acordo “muito positivo”.

Segundo o porta-voz da Casa Branca, Scott McClellan, o acordo permitirá o crescimento das relações comerciais entre Estados Unidos e Colômbia, assim como gerará maiores oportunidades para a exportação de produtos agrícolas, manufaturas e para o setor de serviços dos EUA, uma vez que muitos desses produtos de origem colombiana já entram

nos EUA sem pagar tarifas. Segundo McCellan, o acordo viria a “contribuir para a igualdade” entre os produtores estadunidenses e colombianos.

Diferentemente se deu a reação dos vários setores econômicos da Colômbia. Enquanto parte do empresariado apoiou o governo, os setores hipersensíveis da economia, como o dos avicultores, declararam não ter sido logrado êxito algum por parte dos negociadores colombianos, ao contrário. Segundo o presidente da Federação Nacional de Avicultores, Jorge Bedoya, as condições em que foi implementado o acordo não favoreceriam em nada o setor, só contribuindo para sua maior vulnerabilidade.

Da mesma forma se manifestou o Presidente da Federação Nacional dos Produtores de Cereais, Luis Eduardo Quintero, que advertiu para a possibilidade de os preços do milho colombiano caírem, uma vez que foi autorizada a entrada anual, sem o abono de tarifas relacionadas aos custos judiciais de importação, de duas toneladas desse cereal proveniente dos Estados Unidos.

O presidente da indústria farmacêutica colombiana, Alberto Bravo, também veio a público manifestar seu descontentamento,



afirmando que o tratado de livre comércio servirá apenas para aumentar os preços dos medicamentos e gerar um monopólio dos grandes laboratórios internacionais.

O comércio entre os dois países totalizou cerca de US\$ 14,3 bilhões em 2005. A Colômbia representa o segundo maior mercado consumidor dos produtos agrícolas estadunidenses na América Latina, e exporta cerca de 40% do total da sua produção para os EUA. Contudo, para entrar em vigor, o acordo firmado entre os governos da Colômbia e dos EUA tem ainda de ser ratificado pelo Congresso dos Estados Unidos e pelo Legislativo e a Corte Constitucional de Bogotá.

Diante do adiamento das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), os EUA vêm usando a estratégia de estabelecer tratados bilaterais com vários países sul-americanos. O país também já assinou tratados do gênero com Peru, Chile e Equador.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbcbrasil.com.br/>

Clarín

<http://www.clarin.com/>

El Tiempo

<http://www.eltiempo.com/>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br/>

Conflito xiita-sunita leva Iraque a crescente instabilidade interna

Resenha
Segurança

Tiago Cerqueira Lazier
09 de março de 2006

A explosão de uma mesquita xiita no Iraque causou uma onda de violência entre xiitas e sunitas que já perdura por quase três semanas, criando uma crescente instabilidade interna

A cúpula da Mesquita xiita na cidade de Samarra, cerca de 125 quilômetros ao norte de Bagdá, foi destruída por duas explosões ocorridas no dia 22 de fevereiro de 2006. Policiais dizem que as bombas foram colocadas durante a noite, por homens que segundo oficiais locais, estavam vestidos com o uniforme da Força de Segurança Iraquiana¹. Soldados iraquianos e estadunidenses detiveram os guardas responsáveis pela vigilância do templo. Segundo o Primeiro Ministro Iraquiano, Ibrahim Al-Jafari, as investigações iniciais apontavam para uma infiltração nas forças de segurança do país.

O santuário construído a 1.200 anos atrás, é um dos quatro maiores e mais importantes para os xiitas iraquianos e um dos 12 santuários mais importantes para a comunidade xiita em geral. Apesar de não haver feridos, o atentado deu início a uma onda de violência entre xiitas e sunitas que perdura por quase três semanas.

A retirada do ex-presidente iraquiano Saddam Hussein, pertencente a minoria sunita, permitiu que a maioria xiita assumisse uma participação majoritária no

processo político do país, mesmo porque os sunitas boicotaram a eleição de janeiro de 2005 que compôs o governo interino. Desde então ambos os lados têm se enfrentado no Iraque.

No dia anterior a explosão da mesquita, vinte xiitas foram mortos por um carro bomba que explodiu em Bagdá. Segundo analistas, líderes políticos e religiosos xiitas evitam falar publicamente em revanche, já que um agravamento do conflito poderia levar a uma guerra civil capaz de ameaçar o domínio xiita na política iraquiana. Os dois grupos possuem divergências internas, sendo que o segundo, apesar de ser maioria no mundo islâmico é minoria no Iraque.

Imediatamente após a explosão, habitantes de Samarra saíram às ruas condenando o atentado e o terrorismo, acusando as tropas iraquianas e estadunidenses de não proteger os santuários. Nove mesquitas sunitas em Bagdá, foram incendiadas em represália ao atentado.

Ali Al-Sistani, maior autoridade xiita no Iraque pediu que os protestos se dessem de forma pacífica e declarou sete dias de luto. Sistani, que apareceu pela primeira vez na televisão em uma atitude que contradiz sua usual postura de evitar a

¹ Exército regular iraquiano

mídia, deixou claro a gravidade do conflito que estava se instalando no Iraque. Apesar da postura pacífica, Al-Sistani afirmou que caso o governo falhe em proteger os santuários, milícias xiitas serão convocadas a desempenhar este papel.

Os principais líderes políticos e religiosos do Iraque se manifestaram pedindo para que o povo se mantenha unido, diante dessa tentativa de se iniciar um conflito religioso no país. O Presidente estadunidense George W. Bush também se manifestou neste mesmo dia pedindo calma aos civis e aos militares, se comprometendo em ajudar reconstruir a mesquita.

Apesar do apelo para os protestos serem pacíficos, como alguns de fato o foram, no dia seguinte ao atentado à mesquita xiita em Samarra, mais de 130 assassinatos foram registrados no Iraque, sendo que em 95 casos o motivo da agressão foi o conflito entre sunitas e xiitas. Segundo grupos sunitas, o número de mesquitas desta facção que foram incendiadas já passava de cem.

A imposição do toque de recolher pelo governo em diversas províncias iraquianas foi capaz de diminuir o número de mortes e perdurou até o dia 27 de fevereiro. Muito embora atentados continuaram a ocorrer. Em três dias o número de mortes passava de duzentos. Milhares de membros do Exército Iraquiano bloquearam ruas por toda Bagdá e cercaram regiões vizinhas. Conflitos entre milícias sunitas e xiitas ocorreram durante o toque de recolher e minaram o esforço de pacificação do exército iraquiano. A população da capital respeitou o toque de recolher, todavia milhares de xiitas se reuniram na mesquita de Al-Sadr, desrespeitando a medida.

Devido ao aprofundamento da crise, no dia 25 de fevereiro lideranças políticas do Iraque se reuniram. Estavam presentes o Primeiro-Ministro, Al Jaafari, o

Presidente, Jalal Talabani, bem como liderança sunitas que haviam recusado a formação de um governo de coalizão no Iraque. O embaixador estadunidense também esteve presente. Al Jaafari prometeu reconstruir todas as mesquitas destruídas, ameaçou colocar tanques de guerra e utilizar armamentos pesados para conter o conflito. Diversos incidentes com mortes e feridos continuaram a ser registrados e a ameaça de se colocar os tanques de guerra nas ruas foi concretizado no dia 27 de fevereiro, no mesmo dia em que terminou o toque de recolher. Logo após seu término, quatro pessoas morreram e treze ficaram feridas em um ataque com morteiro em um distrito sunita a oeste de Bagdá. A retomada do comércio foi lenta e muitas pessoas continuaram se protegendo em suas casas.

Segundo o governo iraquiano, até este dia 35 insurgentes haviam sido mortos e 487 presos pela Força de Segurança Iraquiana. Todos são acusados de participarem de grupos terroristas, muito embora não haja necessariamente uma ligação com a explosão da mesquita em Samarra.

Os primeiros dados oficiais saíram no dia 28 de fevereiro e informavam que o número de mortos chegava a 379 e os de feridos a 458. O governo iraquiano acusou o jornal *Washington Post* de exagerar o número de mortes, ao publicar uma matéria a qual se afirmava que mais de 1.300 iraquianos haviam sido mortos em função do conflito.

A situação continuou tensa, diversos atentados com bomba continuaram a ocorrer e no mesmo dia da publicação mais de 60 mortes foram registradas. Atentados e mortes continuaram a ser registrados até o dia em que está matéria foi escrita. A sessão inaugural do novo Parlamento do Iraque, prevista para dia 12 de março, deverá ser adiada a pedido do bloco parlamentar xiita majoritário, devido à onda de violência que não chega ao fim.

Referência

Sites:

Aljazeera -

<http://english.aljazeera.net>

BBC -

<http://www.bbc.co.uk>

The Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

Folha Online -

<http://www.folhaonline.com.br>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>